- XVII -**AS (IM)POSSÍVEIS CONDIÇÕES DE ACESSO À
EDUCAÇÃO SUPERIOR: CENÁRIO VIGENTE E
PROJEÇÕES**

Bruna de Souza Souza – UFRGS
brunadessouza92@gmail.com

Maria Beatriz Luce – UFRGS
lucemb@ufrgs.br

Sérgio Roberto Kieling Franco – UFRGS
sergio.franco@ufrgs.br

O objetivo do estudo é analisar as metas 3, 8 e 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005/2014, que têm o sentido de reduzir as desigualdades no acesso à Educação Superior. Foi realizado por meio da análise e descrição de dados divulgados no Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (INEP, 2018a) e no Painel de Indicadores do PNE (INEP, 2018b), bem como na Síntese de Indicadores Sociais 2018 (IBGE, 2018a) e na Projeção da População do Brasil para o período 2010-2060 (IBGE, 2018b). Discutimos não apenas os dados computados sobre as metas como também aventuramos em aproximações sobre a possibilidade ou impossibilidade de redução das desigualdades até o último ano de vigência do Plano.

O que se entende como desigualdade tem mudado desde a década de 1990. Embora o acesso dos brasileiros à Educação Superior siga fortemente influenciado pela origem social, nas mudanças entre 1995 e 2015 destacam-se: as mulheres agora com maiores chances do que os homens - 107% quando antes eram 76%; pretos e pardos seguem com chances menores que os brancos, contudo, a desvantagem está reduzindo de 59% para 41%; indivíduos de famílias monoparentais com pouca variação, têm chances 30% menores e antes tinham 33%; residentes de áreas rurais seguem com menor chance - de 64% a 50%; filhos de Trabalhadores Manuais Não Qualificados melhoraram muito suas chances, pois agora os filhos de Profissionais tem "apenas" 10 vezes mais chances que eles - antes os mesmos tinham 35 vezes menos chances (SALATA, 2018).

SÍNTESE DA ANÁLISE DAS METAS

META 3 - *e elevar a taxa líquida de matrículas⁶ no Ensino Médio para 85%*

Em 2017, 70,1% da população de 15 a 17 anos frequentava ou concluíra o Ensino Médio. Apesar do incremento percentual, comparado à taxa de 2012 (63,9%), esse crescimento vem sofrendo quedas: de 2004-2015 e 2012-2017, de 1,57% para 1,24% ao ano. Se mantido o nível de evasão e repetência, não se conseguirá atingir a Meta em 2024, pois a estimativa é de alcançar apenas 80% (INEP, 2018a).

No tocante às características desta população, 78,1% se declarava branca e 65,2% negra; 72,2% eram da zona urbana e 58,9% da rural. Segundo a renda domiciliar *per capita*, em 2015, frequentavam o Ensino Médio 88,4% entre os 25% mais ricos e apenas 53,3% entre os 25% mais pobres (INEP, 2018b). Entretanto, os 25% mais pobres progrediram de 2004 a 2015, em média 2,76% ao ano, enquanto no quartil mais rico, 0,53% ao ano. Esse crescimento, contudo, não anula a desigualdade entre os grupos; a projeção é de que nos 25% mais pobres apenas 78% estejam sem atraso escolar enquanto que nos 25% mais ricos a taxa é de 93% (INEP, 2018a).

META 8 - *e elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, no mínimo, 12 anos de estudo, para as populações do campo, da região de menor escolaridade e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros*

Em 2016, a escolaridade média dos jovens de 18 a 29 anos era de 10,2 anos de estudo - 10,5 na zona urbana e 8,5 na rural. Entre os 25% mais pobres, a média era de 8,4 anos de estudo e dos 25% mais ricos era 12,2 anos. Considerando que a população negra apresenta 9,6 anos de estudo e os não negros 11 anos, a meta de escolaridade média ainda está bem aquém - 87,4% de diferença entre estes grupos, em 2016 (INEP, 2018b).

Assim, houve uma diminuição das desigualdades educacionais entre os grupos visados pela Meta 8. O crescimento da escolaridade média pode viabilizar o alcance de alguns objetivos, mas segue difícil elevá-la entre os 25% mais pobres (INEP, 2018a).

META 12 - *e elevar a taxa bruta de matrícula⁷ na Educação Superior para 50% e a taxa*

⁶ População de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou já concluiu a escola básica, em relação a população de 15 a 17 anos.

⁷ População que frequenta a graduação, independentemente da idade, em relação a população de 18 a 24 anos.

líquida⁸ para 33% da população de 18 a 24 anos, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público

Entre 2016 e 2017, a população de 18 a 24 anos apresentou taxa bruta de matrícula na graduação em queda; sendo 34,6%, será necessário importante crescimento para alcançar a Meta de 50%. Nesta taxa, 8,9% está no ensino público e 25,7% no privado. A taxa líquida de escolarização também teve retração, sendo de 23,2%, com 19,1% frequentando cursos de graduação e 4,1% concluintes (INEP, 2018b).

No que tange os 40% de novas matrículas no segmento público, entre 2012 e 2016, estas tiveram apenas 9,2% do crescimento total. A rede federal contribuiu com 16% de crescimento, mas as redes estaduais e municipais diminuíram, respectivamente, -0,2% e -6,7%; enquanto isso, o setor privado segue crescendo a uma taxa de 90,8% no mesmo período. Quanto à modalidade de ensino, a matrícula pública presencial tem participação de 15% e a EAD pública tem perda de -5,8%.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A projeção da população brasileira de 18 a 24 anos, em 2018, foi de 11,56% do total e para 2024 é de 10,15% (IBGE, 2018b). Esta queda poderá impactar positivamente a taxa bruta de matrícula na Educação Superior, visto a diminuição do número de pessoas na idade referência. Porém, para alcançar bons indicadores de redução da desigualdade é necessário articular políticas de equidade.

Para isso, temos grandes desafios. É necessário continuar elevando o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio, para que possam estar em igualdade de condições no acesso à Educação Superior. Esta população também se encontra em queda, totalizando 4,61% em 2018 e 4,06% em 2024 (IBGE, 2018b), mas ainda demanda uma política de combate à evasão e de reingresso à escola porque 48,9% dos jovens de 15 a 19 anos começaram a trabalhar em 2017 e destes 50,7% possuem Ensino Fundamental completo ou Médio incompleto (IBGE, 2018a). Para a população de 18 a 24 anos, a demanda é a mesma, pois dentre os que não frequentavam a escola e não concluíram o Ensino Médio os motivos alegados foram o trabalho (38,6%) ou a sua falta de interesse (30,2%) (IBGE, 2018a).

⁸ População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a graduação, em relação a população de 18 a 24 anos.

Outra questão diz respeito à natureza pública ou privada da Educação Superior. Oriundos do Ensino Médio público há que dar-lhes condições de superar o fosso das desigualdades socioeducacionais e promover o acesso, a permanência e a diversificação social na Educação Básica e na Superior pública. A discrepância na taxa de ingresso da população de 18 a 24 anos na Educação Superior – independentemente de ter concluído ou não esse nível –, segundo a rede do Ensino Médio concluído, em 2017, era mais que o dobro: oriundos da rede privada (80,1%) e da rede pública (33,8%). A rede privada exibiu também distribuição maior entre declarados brancos e pretos ou pardos, com contraste de 8,9%, enquanto a rede pública de 13%. O ingresso por rendimento domiciliar *per capita*, na rede privada, exibiu desigualdade de 8,9% entre aqueles com 1º e 5º quintil de rendimento, enquanto na rede pública, a diferença foi de 14,5% (IBGE, 2018a).

Números alarmantes, em seu todo, visto que a rede pública é a que mais oferta o Ensino Médio, inclusive com expressivo atendimento da população negra (IBGE, 2018a). Se por um lado reafirmamos o estudo de Salata (2018) sobre a mudança no perfil dos estudantes segundo sua classe de origem, por outro apontamos os gargalos históricos da negação à educação. Afinal, mesmo com o acesso ampliado para classes mais baixas, é possível supor a manutenção da desigualdade de acordo com a qualidade ofertada pela instituição (HONORATO; HERINGER, 2015). Se não forem mantidas as políticas afirmativas de acesso e permanência; e se não houver um investimento consistente no Ensino Médio e Superior público, dificilmente as metas do PNE e a redução das desigualdades de acesso serão atingidas até 2024.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2018**. IBGE, 2018a. Disponível em: <encurtador.com.br/doX13>. Acesso em: jan/2019.

_____. **Projeção da população do Brasil para o período 2010-2060**. IBGE, 2018b. Disponível em: <encurtador.com.br/amsQ1>. Acesso em: jan/2019.

BRASIL. INEP. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE 2018**. Inep, 2018a. Disponível em: <encurtador.com.br/aAK13>. Acesso em: jan/2019.

_____. **Painel de Indicadores do PNE.** Inep, 2018b. Disponível em: <encurtador.com.br/kQS69>. Acesso em: jan/2019.

HONORATO, G; HERINGER, R. **Acesso e sucesso no Ensino Superior:** uma sociologia dos estudantes. RJ: 7Letras: FAPERJ, 2015.

SALATA, A. R. Ensino Superior no Brasil das Últimas Décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, 2018.